



SOCIEDADE

Quilombolas pedem políticas fora do papel

Comunidades temem que melhorias no acesso a serviços de saúde e educação do programa Aquilomba Brasil, anunciado pelo governo em 21 de março, não cheguem a quem realmente precisa

» VICTOR CORREIA

Organizações de quilombolas celebraram o anúncio do governo federal da titulação de três terras em Minas Gerais e Sergipe, mas defendem que há muito mais o que ser feito em prol de comunidades que aguardam há séculos a efetivação de seus direitos. O programa Aquilomba Brasil, divulgado em 21 de março pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, prevê não só títulos de terras para quilombos, mas também promove o acesso dessas comunidades à educação e à saúde, além de energia elétrica. A proposta, segundo a própria pasta, é uma ampliação do projeto Brasil Quilombola de 2007.

A preocupação das comunidades é que as ações, como no passado, fiquem só no discurso. Mesmo assim, existe uma abertura do governo atual para o diálogo, coisa que não havia sob a última gestão.

“Acho que o Estado não tem que ter desculpa. É obrigação que faça as políticas chegarem (nas comunidades). Nós sabemos que, enquanto quilombolas, às vezes a gente se sente muito menos do que cidadãos”, disse a advogada integrante da assessoria jurídica da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), Vercilene Dias, do Quilombo Kalunga.

A titulação de terras é considerada a principal medida para os quilombos, pois funciona como porta de entrada para o acesso aos demais direitos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que existam quase 6 mil comunidades no país. Segundo o Observatório Terras Quilombolas, com levantamento feito pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, 148 terras estão regularizadas, 58 estão parcialmente tituladas e 1.803 processos de regularização estão abertos no Brasil, segundo dados de fevereiro deste ano. A organização monitora, desde 2004, a regularização fundiária de quilombos.

“Eu me arrepio em dizer que, pelo menos, foi um feito que eu vou lembrar com muito orgulho lá na frente. Mas vamos continuar. Foram três títulos até agora, e espero que, até o final do ano, tenham mais”, disse Anielle.

Um dia após o anúncio de medidas contra o racismo, em 21 de março — quando é celebrado o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial — que incluíram o Aquilomba Brasil, a ministra participou de um seminário sobre racismo e direitos humanos, em Brasília.

“Eu me arrepio em dizer que, pelo menos, foi um feito que eu vou lembrar com muito orgulho lá na frente. Mas vamos continuar. Foram três títulos até agora, e espero que, até o final do ano, tenham mais”, disse Anielle.

Diálogo existe

A pandemia da covid-19 escancarou a fragilidade nos quilombos, como a falta de postos de saúde. Sem registro, muitas

Credito:Elizabeth Colares/EM/D.A Press



Comunidades como a de Jequitinhonha (MG), aguardam há séculos pela titularidade das terras onde vivem



É necessário que se reconstrua a estrutura política, mas é preciso que essa política efetivamente ocorra, que o efeito seja sentido. Não só ir lá fazer um evento, prometer, mas isso ficar entre a União, estados e municípios e não chegar nas comunidades”

Vercilene Dias, advogada

História não reconhecida

O IBGE estima que existam mais de 6 mil quilombos no Brasil, mas muitas localidades não estão catalogadas. Apenas 206 terras estão totalmente ou parcialmente tituladas, enquanto mais de 1.803 processos de regularização estão em andamento. Confira a situação dos quilombos em cada unidade da Federação.

